



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO**

DIEEx nº 2-Sec Info/36º BI Mec
EB: 64101.000759/2024-12

Uberlândia-MG, 30 de janeiro de 2024.

Do Fiscal de Contrato

Ao Fiscal Administrativo

Assunto: contratação de serviço de internet banda larga

Referência: Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Anexo: - Relação dos itens a serem adquiridos

Nos termos do contido nos Art. 12 e 13 e parágrafo único da Port. Ministerial nº 305, de 24 Maio 95 (IG 12-02), solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de autorizar a aquisição do serviço em anexo para atender as necessidades administrativas do batalhão.

GABRIEL AZEVEDO BRAZ – 3º SGT

Fiscal de contrato

DESPACHO DO “OD”

1. Autorizo o início da contratação direta e determino a abertura do processo administrativo correspondente, em conformidade com o inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. Determino à Seção de Aquisição Licitação e Contratos (SALC) que adotem as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

4. Em atendimento ao Art. 150 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, determino empregar os recursos do Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 171502; Plano Interno (PI): IXAPFUNHOTO; Fonte: 1050000142, ND: 33.90.40, UGR 167505, Nota de crédito: 2023NC412887 de 31MAR23.

Uberlândia-MG, 30 de janeiro de 2024.

CLAYTON FREITAS SERRA – Maj

Respondendo pelo Ordenador de Despesas do 36º BI Mec

ITEM A SER ADQUIRIDO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviço de provisão de acesso à internet em banda larga (instalação e manutenção incluso), modo Fibra Óptica comercial, com velocidade de 1 GB não dedicado, com disponibilidade de 24h para atender as necessidades dos Hotéis de Trânsito desta Organização Militar.	UND	1



LIVIMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR – 2º Ten
Respondendo pelo Fiscal Administrativo



GABRIEL AZEVEDO BRAZ – 3º Sgt
Fiscal de contrato



CLAYTON FREITAS SERRA – Maj
Respondendo pelo Ordenador de Despesas do 36º BI Mec

Número do Documento de Formalização da Demanda: 21/2023

1. Informações Básicas

Área requisitante
SEÇÃO DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÕES
Descrição sucinta do objeto
Contratação de Serviço de Internet Banda Larga para Funcionamento de Hotel de Trânsito da OM

Data da conclusão da contratação
01/01/2024 00:00

UASG Editado por
160130 RAFAEL ROSA TELLES MENEZES

2. Justificativa de necessidade

2.1 A contratação de serviço de internet banda larga para o Hotel de Trânsito se faz necessária para garantir a satisfação dos hóspedes e o bom funcionamento das atividades internas do batalhão.

2.2 Além disso, a falta de uma conexão de internet confiável também afeta a eficiência das atividades internas do HT, como a comunicação com outras unidades militares, a realização de pesquisas e o acesso a informações importantes.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1		SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	1,005.999,76	5.999,76	

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Declaro que a contratação é Viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.


KELLVIN LIMA OLIVEIRA
ENC SET MAT

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Termo de Referência 12/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	160130-36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO - MEX	WILLIAN BATISTA DE LIMA	19/02/2024 14:31 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64101.000759 /2024-12

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviço de provisão de acesso à internet, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Conectividade de comunicação de dados, de natureza continuada, de velocidade mínima de 1000 (mil) Mbps, modo Fibra Óptica comercial incluindo serviço de instalação, ativação e manutenção por um período de 60 (sessenta) meses.	26506	mês	60	310,40	18.624,00

1.2. O objeto da contratação tem a característica de serviço comum de comunicação de dados modalidade de internet banda larga.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 Locais de entrega

ITEM	LOCAL
------	-------

1	Local de entrega: 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado Logradouro: Av Aspirante Mega, 731. Bairro: Jaraguá, CEP: 38413-018, Cidade: Uberlândia/MG
1	Local de entrega: Hotel de Trânsito do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado Logradouro: Av Aspirante Mega, 692. Bairro: Jaraguá, CEP: 38413-018, Cidade: Uberlândia/MG
1	Local de entrega: Hotel de Trânsito do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado Logradouro: Av. Imbaúba, 97. Bairro: Jaraguá, CEP: 38413-108, Cidade: Uberlândia/MG

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos decorre do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado possuir em suas instalações dois Hotéis de Trânsito que visam suprir a necessidade de militares e seus dependentes na situação de trânsito, recém transferidos, em gozo de férias ou em período de lazer. O hotel também recebe, ao longo do ano, inúmeras autoridades civis e militares.

2.1.2. Levando em consideração o grande fluxo e a importância dos HTs, é necessário contratar e disponibilizar internet banda larga, visando valorizar a família militar, ampliar os serviços oferecidos, aperfeiçoar a hospedagem realizada e otimizar o atendimento aos hóspedes e usuários.

2.1.3. Desta forma, é preciso manter as instalações e serviços de seus HTs em perfeito estado de conservação e funcionamento, além de aprimorá-las, no que couber.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 16013020241662
- II) Data de publicação no PNCP: 2023-05-20 01:44:40
- III) Id do item no PCA: 1662
- IV) Classe/Grupo: 142 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS
- V) Identificador da Futura Contratação: 16013020241662

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de internet banda larga e telefonia fixa para os Hotéis de Trânsito do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado, por um período de 60 (sessenta) meses, podendo-se prorrogar a vigência por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3.2. O prazo inicial de vigência do contrato de 60 (sessenta) meses encontra respaldo no princípio da economicidade, uma vez que a consequência de trocas de contrato pode resultar em mudanças consecutivas de equipamentos, materiais diversos, mudanças estruturais da rede e instalações da organização militar para atender o bom funcionamento do serviço, o que pode gerar gastos adicionais. Além de que este prazo dispensa a celebração de sucessivos termos aditivos de prorrogação, cuja publicação, por meio da imprensa oficial, é obrigatória, o que gera custos desnecessários à Administração contratante. Da mesma maneira, tendo em vista a escassez de pessoal no âmbito desta unidade relativamente à quantidade de contratos a serem geridos, tal prazo também visa ao atendimento do princípio da eficiência, a fim de evitar direcionar a já reduzida força de trabalho deste batalhão à tarefa de realizar os extensos procedimentos relacionados a frequentes aditamentos contratuais.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1 O modelo adotado nesta contratação prevê que os profissionais que executarão os serviços serão definidos pela Contratada, com quantitativo necessário para atendimento ao volume de serviços solicitados em conformidade com a demanda, padrões e requisitos da Contratante, e com resultados medidos por meio de indicadores de desempenho e qualidade;

4.1.2 Os requisitos descritos neste Termo de Referência aplicam-se a todos os itens da contratação;

4.1.3 Considerando que as operações da Contratante são processadas em tempo real e representam um volume bastante elevado de tráfego de rede, a solução a ser contratada deverá ter alta disponibilidade, alto desempenho e altíssima segurança;

4.1.4 A solução deverá disponibilizar a rede devidamente interconectada e interoperando com todas as atuais redes da Contratante (redes locais), até a interface LAN do roteador, inclusive ao Data Center da Contratante.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1 Por se tratar de uma contratação de serviço de internet, não há necessidade de atividade de capacitação.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1 A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

- i. 1. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- ii. 2. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação;
- iii. 3. Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal e faz exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa;
- iv. 4. Instrução Normativa SLTI/MP nº 94, 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal;
- v. 5. Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;
- vi. 6. Portaria SLTI/MP nº 02, de 16 de março de 2010, que dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal;
- vii. 7. Orientação Técnica nº 01 TiControle, de 12 de março de 2008, que dispõe sobre boas práticas para a estimativa de preços na contratação de bens e serviços de TI;
- viii. 8. Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços;
- ix. 9. Norma complementar nº 11/IN 01/DSIC/GSIPR, que estabelece as diretrizes para avaliação de conformidade nos aspectos relativos à Segurança da Informação e Comunicação (SIC), nos órgãos da Administração Pública Federal; e
- x. 10. Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados.

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1 O prazo para atendimento dos chamados técnicos durante a vigência do contrato deve ser de até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do registro do chamado na Central de Atendimento do fornecedor. As manutenções preventivas deverão ser comunicadas pela Contratada e autorizadas pela Contratante. Quaisquer equipamentos, peças ou outros materiais que

apresentem defeitos de fabricação, instalação ou desgaste normal pelo uso, devem ser substituídos por originais iguais ou superiores sem ônus para a Contratante.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1 A ativação do serviço se dará em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato.

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1 Somente os funcionários da Contratada poderão executar os serviços solicitados nas Ordens de Serviço;

4.6.2 A Contratada deverá seguir as normas, padrões e regulamentos de segurança da informação da Contratante;

4.6.3 A empresa deverá seguir as normas, padrões e regulamentos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018;

4.6.4 A Contratada deverá apoiar, com informações tempestivas, a Contratante quanto a incidentes relacionados ao objeto do contrato, assim como, prevenir e avaliar os possíveis riscos associados aos recursos computacionais;

4.6.5 A Contratada se responsabilizará integralmente, inclusive judicialmente, pelos serviços executados por seus funcionários.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1 Quanto a critérios sociais, todos os profissionais da Contratada que desempenharão as atividades no ambiente da Contratante deverão cumprir os seguintes requisitos:

- i. 1. Os profissionais da Contratada, quando presentes nas instalações da Contratante, deverão apresentar-se vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional da Contratante ou que ofenda o senso comum de moral e bons costumes;
- ii. 2. Os profissionais da Contratada deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo; e
- iii. 3. Não se estabelecerá qualquer vínculo empregatício ou de responsabilidade por parte da Contratante com relação aos profissionais que a Contratada empregar para a execução dos serviços contratados.

4.7.2 Quanto aos requisitos culturais, a documentação das atividades e documentos produzidos pela Contratada deverão estar em língua portuguesa de forma clara, objetiva e gramaticalmente correta, de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.8.1 A Contratada deverá fornecer os equipamentos necessários, especificações técnicas e condições exigidas nesta proposta, cujo custo deverá estar incluso no valor mensal a ser pago pela Contratante;

4.8.2 Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os equipamentos e meios necessários para promover a interconexão entre a rede externa, a rede local e o distribuidor geral (DG), com exceção do fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos nas dependências das unidades e climatização das salas de equipamentos;

4.8.3 A manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores serão de responsabilidade da Contratada, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados neste instrumento;

4.8.4 A Contratada deverá disponibilizar os serviços no rack de equipamentos localizado na Central de Processamento de Dados (CPD). Todo cabeamento necessário desde o rack de equipamentos, até o local definido para terminação do serviço será fornecido pela Contratante;

4.8.5 Os serviços de comunicação deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. A Contratada manterá, durante o período citado, um serviço de atendimento, para registro, acompanhamento, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1 Não se aplica, pois o objeto não se trata de desenvolvimento de software.

4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1 A instalação será realizada por técnicos da empresa contratada com acompanhamento das atividades por servidor da Contratante. A implantação deverá ocorrer de segunda a sexta-feira em horário comercial.

4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.11.1 A Contratada deverá realizar todas as manutenções necessárias para o correto funcionamento da Solução;

4.11.2 O termo “Manutenção”, quando não especificado, diz respeito a todas as manutenções: preventivas e corretivas;

4.11.3 A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição de qualquer equipamento que faça parte direta da solução;

4.11.4 Todos os chamados deverão ser gerenciados e atendidos pela central de atendimento da Contratada através de número telefônico, em língua portuguesa, fornecendo neste momento o número de abertura do chamado;

4.11.5 Os chamados telefônicos devem ser atendidos por uma equipe especializada, em língua portuguesa, em horário comercial de segunda-feira a sexta-feira, com diagnóstico remoto;

4.11.6 Durante todo o período de execução dos serviços, a Contratada é obrigada a manter, em base histórica, os dados sobre a execução de serviços em garantia;

4.11.7 Em casos de manutenção preventiva, onde a operadora é a interessada, quando houver interrupção de fornecimento dos serviços da Contratada para com a Contratante, a operadora deverá comunicar esta com no mínimo 6 (seis) horas de antecedência.

4.11.7.1 A contagem do período de aviso se dará a partir da ciência dos membros diretos da Contratante;

4.11.7.2 O aviso de interrupção de serviços da operadora deverá conter os seguintes itens:

- i. 1. Motivo do desligamento.
- ii. 2. Ações a serem executadas.
- iii. 3. Tempo previsto para a execução.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1 A prestação do serviço de garantia deverá ser realizada por profissional qualificado por empresa autorizada para prestação de serviços de garantia nos equipamentos necessários para o funcionamento da internet e das linhas telefônicas.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1 Não se aplica, visto que a Contratada se responsabilizará integralmente pelo treinamento e qualificação da equipe e pelos serviços executados por seus funcionários.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1 A metodologia de trabalho descreve a maneira como serão repassadas as Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens, detalhando seu procedimento. Nesta contratação deve-se considerar as seguintes formas:

4.14.1.1 A forma de fornecimento dos equipamentos, instalação e configuração:

- i. 1. Gestor do Contrato encaminhará formalmente as ordens de fornecimento de serviço ao responsável direto da empresa CONTRATADA. A entrega deverá ser realizada presencial ou remota por meio de e-mail ou por meio de serviço postal.
- ii. 2. A entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira em horário comercial.
- iii. 3. Os equipamentos fornecidos serão recebidos pelos fiscais técnicos designados, que verificarão a quantidade dos equipamentos recebidos, o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições do Termo de Referência, inclusive a qualidade dos equipamentos recebidos e emitirá o Termo de Recebimento Provisório.
- iv. 4. O fiscal designado para receber os equipamentos anotará no formulário próprio, FORMULÁRIO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE EQUIPAMENTOS – FORPE todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhará aos fiscais e gestor do contrato na sede da Contratante.
- v. 5. Em casos de identificação de não conformidade com os termos contratuais, o Fiscal Técnico e Requisitante do Contrato comunicará à CONTRATADA, que deverá solucionar em até 7 (sete) dias úteis contados a partir do dia seguinte da notificação.

- vi. 6. Os Fiscais e Gestor verificarão as especificações, em até 10 (dez) dias úteis contados da notificação da CONTRATADA sobre o término da entrega dos equipamentos e emitirão o Termo de Recebimento Definitivo, se atendido todos os requisitos, conforme Termo de Referência.

4.14.1.2 A forma de prestação do serviço de garantia.

- i. 1. A empresa deverá prover serviço de suporte técnico no local, com acionamento por ligação telefônica (gratuita ou número com tarifação local), por e-mail ou por meio de sítio na internet, para prestar auxílio aos técnicos da Contratante no esclarecimento de dúvidas, ajustes de configurações e implementação de funcionalidades nos bens adquiridos.
- ii. 2. O prazo para atendimento dos chamados técnicos durante a vigência da garantia deve ser de até 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do dia seguinte ao acionamento do chamado, levando-se em consideração o horário comercial, excluindo-se sábados, domingos e feriados.
- iii. 3. O prazo máximo para solução de problemas ou reposição de peças ou substituição de equipamentos admite-se a possibilidade de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do atendimento técnico feito pela CONTRATADA. Constatando-se que a utilização do equipamento se tornou inviável, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15.1 Quanto aos requisitos de segurança da informação, o fornecimento dos equipamentos e a prestação da garantia, pela CONTRATADA, deverão estar em conformidade com a política de segurança da informação da Contratante.

4.16. Outros Requisitos Aplicáveis

4.16.1 Sustentabilidade Ambiental

4.16.1.1 Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).

4.16.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.16.2.1. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas e modelos.

4.16.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

4.16.3.1. Não se aplica.

4.16.4. Da exigência de carta de solidariedade:

4.16.4.1. Não se aplica.

4.16.5. Subcontratação:

4.16.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.16.6. Garantia da contratação

4.16.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões:

4.16.6.1.1. Baixo valor;

4.16.6.1.2. Baixo Risco.

4.16.7. Vistoria

4.16.7.1. Fica facultada à empresa fazer vistoria no 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado e em seus Hotéis de Trânsito em Uberlândia/MG, podendo ser realizada em qualquer dia útil, das 10h:00min as 11h:40min e das 13h:00min as 16h:30min.

4.17. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

4.17.1 A Contratante obriga-se a:

- i. 1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- ii. 2. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme Lei 14.133/21 e o disposto no art. 29 da IN 94/2022 SGD/ME;
- iii. 3. Encaminhar formalmente a demanda ao preposto, por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 18 e 32 da IN 94/2022 SGD/ME;
- iv. 4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- v. 5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários para execução do objeto;
- vi. 6. Permitir acesso dos profissionais da empresa contratada às suas dependências, para a execução dos serviços;
- vii. 7. Disponibilizar local adequado e os meios materiais necessários para a execução dos serviços nas dependências da Contratante, quando for o caso;
- viii. 8. Analisar e manifestar-se quanto à proposição, pela Contratada, do uso de ferramentas diferentes das padronizadas, destinadas a garantir melhor desempenho na prestação dos serviços contratados, desde que seja possível compatibilizá-las as ferramentas padronizadas sem perda de informações necessárias à gestão do contrato;
- ix. 9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento realizado em desacordo com o Termo de Referência ou da Documentação de Requisitos;
- x. 10. Comunicar à Contratada, por escrito, todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da solução de tecnologia da informação, especialmente sobre defeitos, imperfeições, falhas ou não conformidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- xi. 11. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- xii. 12. Homologar e verificar, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, dos Critérios de Aceitação e da Documentação de Requisitos, para fins de aceitação e Recebimento Definitivo;
- xiii. 13. Atestar as notas fiscais/faturas relativas à entrega do objeto e o seu aceite;
- xiv. 14. Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da Contratada conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido;
- xv. 15. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Contrato;
- xvi. 16. Proceder às advertências, glosas, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;
- xvii. 17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- xviii. 18. Realizar diligências com a Contratada, quando necessário, para verificar o atendimento dos requisitos da contratação, bem como o cumprimento das normas pertinentes;
- xix. 19. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- xx. 20. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- xxi. 21. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com anexo XI da SEGES/MP nº 05, de 2017;
- xxii. 22. É de responsabilidade da Contratante a definição do cronograma de execução dos serviços.

4.18. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

4.18.1 A Contratada obriga-se a:

- i. 1. Indicar formalmente preposto e seu substituto, aptos a representá-la junto à Contratante, que deverão responder pela fiel execução do contrato;
- ii. 2. O representante legal da Contratada deverá comparecer à reunião inicial do contrato, na qual apresentará o preposto da mesma;
- iii. 3. A reunião inicial será convocada pelo Gestor do Contrato e realizar-se-á na sede do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado em Uberlândia/MG ou em meio online;
- iv. 4. A Contratada, na reunião inicial, deverá entregar o Termo de Compromisso e Termo de Ciência, conforme alíneas a e b, inciso V do Art. 18 da IN 94/2022 SGD/ME;
- v. 5. Manter os dados de contato atualizados, sempre informando de qualquer alteração; e
- vi. 6. Indicar meio para abertura de chamados.

4.18.2 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, bem como os procedimentos constantes da IN 94/2022 SGD/ME. A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto à execução dos serviços;

4.18.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;

4.18.4 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos profissionais da Contratada;

4.18.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, em conformidade com art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;

4.18.6 Atender prontamente as orientações e exigências do Gestor ou Fiscal do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

4.18.7 Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

4.18.8 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.18.9 Atender às solicitações da Contratante, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos, ou quaisquer outras solicitações inerentes ao objeto do Termo de Referência;

4.18.10 Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitadas pela fiscalização do contrato acerca da execução do objeto, imediatamente, salvo as de caráter técnico, as quais a Contratada tem o prazo de até 8 (oito) horas úteis, a contar do encaminhamento formal do pedido;

4.18.11 Submeter as decisões e os documentos técnicos dos Projetos à aprovação da área de TI da Contratante;

4.18.12 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a Contratante, procedentes da prestação dos serviços do objeto desta contratação;

4.18.13 Se a Contratante houver disponibilizado recursos (documentos, equipamentos ou outros) à Contratada, estes deverão ser devolvidos à Contratante durante a transição contratual ou ao término do período de garantia dos produtos;

4.18.14 A Contratada não deverá se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, sem prévia autorização da Contratante;

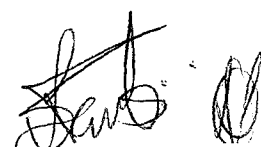
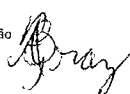
4.18.15 A Contratada deverá manter sigilo em relação aos dados, informações ou documentos que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como se submeter às orientações e normas internas de segurança da informação vigentes, devendo orientar seus empregados e prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

4.18.16 Para formalização da confidencialidade exigida, a Contratada deverá assinar Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes nas unidades da Contratante, a ser assinado pelo representante legal da Contratada; e o Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e conhecimento das normas de segurança vigentes nas unidades da Contratante, a ser assinado por todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação;

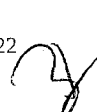
4.18.17 Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da Contratante;

4.18.18 A interrupção na execução dos serviços não interrompe a contagem dos prazos de execução contratual ou previsto no cronograma, salvo por motivo formalmente justificado e aceito pela Contratante;

4.18.19 A execução dos serviços pela Contratada deverá estar de acordo com as normas de segurança/acesso existentes na Contratante;



- 4.18.20 A Contratada deve estar apta a iniciar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, podendo este prazo ser prorrogado a critério exclusivo da Contratante, em face de eventual necessidade operacional.
- 4.18.21 Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação, cujo representante da Contratante terá poderes para sustar a execução, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 4.18.22 Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- 4.18.23 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 4.18.24 A Contratada é responsável por realizar a supervisão e acompanhamento diário da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções nas suas equipes e atividades realizadas;
- 4.18.25 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 4.18.26 Nos casos de entrada de equipamentos da Contratada nas dependências da Contratante, estes deverão atender às Normas de Segurança da Contratante, bem como sua Política de Segurança da Informação;
- 4.18.27 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.18.28 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 4.18.29 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 4.18.30 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 4.18.31 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 4.18.32 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 4.18.33 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 4.18.34 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 4.18.35 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 4.18.36 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.18.37 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.18.38 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;
- 4.18.39 O não atendimento do disposto nas cláusulas dessa Seção ensejará a rescisão unilateral do contrato por parte da Administração.



5. Modelo de execução do objeto

5.1 Início do Contrato

5.1.1 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços;

5.1.2 Deverão participar dessa reunião o Gestor do Contrato, Fiscais do Contrato e representante legal da Contratada. A reunião realizar-se-á na sede do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado em Uberlândia/MG ou por meio digital, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato.

5.1.3 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- i. 1. Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- ii. 2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso assinado pelo representante legal da Contratada e o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na Contratação, conforme Art. 18 da IN nº 94/2022 SGD/ME;
- iii. 3. Definição do cronograma de atividades de repasse de conhecimento disponível, para período de ambientação;
- iv. 4. Indicar meios de abertura de chamados; e
- v. 5. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.

5.1.4 A data de início dos serviços se dará até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato.

5.2 Migração/Implantação do Contrato

5.2.1 A migração/implantação do contrato compreende a ativação/implantação dos circuitos de comunicação de dados constantes neste Termo na sua respectiva localidade.

5.2.2 A ativação consiste na disponibilização efetiva do serviço de comunicação interna e externa na rede de comunicação de dados da Contratante.

5.2.3 A migração/implantação total dos circuitos de dados constantes neste Termo deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato e deverá ser executada e supervisionada em conjunto com a Contratante.

5.2.4 Para a realização da Migração/Implantação do contrato, a Contratada deverá realizar no mínimo as seguintes atividades:

- i. 1. Visita da equipe técnica da Contratada às instalações da localidade da Contratante; e
- ii. 2. Realizar testes que garantam o funcionamento adequado da migração/instalação realizada.

5.2.5 Os serviços de Migração e Implantação deverão ser realizados sem ônus à CONTRATANTE;

5.2.6 A Contratada será responsável pelo fornecimento de toda e qualquer infraestrutura necessária para a efetivação do serviço de Migração/Implantação;

5.2.7 Após a implantação total da solução a Contratada deverá especificar os circuitos de comunicação de dados instalados;

5.2.8 A Contratante emitirá o respectivo Termo de Recebimento Provisório, e em até 10 (dez) dias úteis de funcionamento emitirá o Termo de Recebimento Definitivo para o circuito de comunicação migrado/implantado;

5.2.9 O faturamento do serviço só terá início, não havendo problema, após o recebimento Provisório.

5.2.9.1 Havendo problemas a fatura só poderá ser contabilizada após recebimento definitivo.

5.3 Correção de Problemas

5.3.1 A contratada deve disponibilizar canal para abertura de chamado.

5.3.2 A contratada deve manter controle dos chamados abertos.

5.3.3 Os chamados somente serão considerados fechados após a realização de testes pelo fiscal do contrato.

5.3.3.1 Se um novo chamado for aberto para o mesmo problema, como menos de 8h (oito horas) de diferença, o novo chamado será considerado continuação do chamado anterior.

5.4. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

5.4.1 A contratação ocorrerá de forma integral.

5.5. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.5.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.5.2 O **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, e **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada.

6.5. Garantia do serviço executado

6.5.1. Chamados abertos tem garantia de 8h (oito horas) .

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

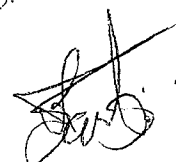
6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. Considerando a simplicidade do serviço e baixo risco, poderá ser indicado o mesmo servidor para acumular as funções de fiscal técnico e fiscal administrativo.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Tempo de resolução de chamados abertos.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.4 Para o recebimento dos equipamentos a serem alocados, além da verificação técnica dos itens deste Termo de Referência, a equipe técnica da CONTRATANTE fará uma análise detalhada da procedência dos equipamentos, considerando o que segue:

- i. 1. Verificação da originalidade dos equipamentos junto ao fabricante. A CONTRATANTE poderá verificar se os equipamentos fornecidos foram originalmente fabricados e homologados pelo fabricante, bem como homologação oficial da ANATEL para equipamentos de comunicação e transmissão de dados;
- ii. 2. Verificação física dos equipamentos. A CONTRATANTE verificará se os equipamentos fornecidos, incluindo seus componentes e acessórios, são inteiramente novos e de primeiro uso e se atendem integralmente aos requisitos mínimos e ou obrigatórios estabelecidos;
- iii. 3. Caso qualquer equipamento, suprimimento ou peça seja reprovado durante as avaliações, testes e inspeções realizadas pela CONTRATANTE, a CONTRATADA será notificada e deverá promover a sua imediata substituição, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; e
- iv. 4. A CONTRATANTE promoverá também cogerência do quantitativo de serviço prestado (velocidade da conexão de internet).

7.5 O atraso injustificado superior a 10 (dez) dias úteis na instalação dos serviços, contados a partir da assinatura do Contrato, caracterizará retardamento da execução, conforme previsto no Inciso VII, Art. 155 da Lei 14.133/21.

Do recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.6.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9.1. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- i. 1. o prazo de validade;
- ii. 2. a data da emissão;
- iii. 3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- iv. 4. o período respectivo de execução do contrato;
- v. 5. o valor a pagar; e
- vi. 6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

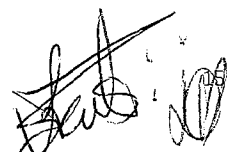
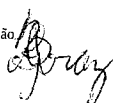
7.26. Não é permitida a antecipação de pagamento

Cessão de crédito

7.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.28. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra



impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.32. Níveis de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pela Contratante capazes de aferir objetivamente os resultados pretendidos com as respectivas contratações;

7.33. A Contratada deverá atender aos níveis de serviço definidos. A apuração dos níveis de serviço não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

7.33.1. Períodos de interrupção previamente acordados; e

7.33.2. Motivos de força maior (exemplo: enchentes, terremotos ou calamidade pública).

7.34. A aferição dos níveis de serviço será realizada mensalmente pelos fiscais do contrato, e constarão em Relatório Mensal de Fiscalização;

7.35. O não cumprimento dos valores mínimos/máximos exigidos nos indicadores ensejará em glosa no pagamento de acordo com o IMR;

7.36. Para efeito de cálculo da aferição dos indicadores, serão considerados valores com duas casas decimais.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.37. Medição para Pagamento/glosa:

7.37.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

7.37.1.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

7.37.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.37.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.37.3.1. Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.37.3.2. Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

7.37.3.3. Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

Sanções administrativas:

7.38. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. 1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. 2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. 3. der causa à inexecução total do contrato;
- d. 4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e. 5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. 6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. 7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h. 8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i. 9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. 10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. 11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l. 12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.39. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i. 1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii. 2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii. 3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- iv. 4. **Multa**:
 - 4.1. moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado na implantação do link, sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - a. 4.1.1. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por inexecução total do contrato.
- v. 5.
 - 5.1.
 - 5.1.1.
 - 5.2. compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- . 1.

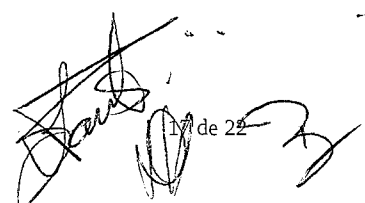
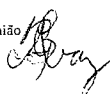
7.40. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

7.41. Todas as sanções previstas neste Termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.41.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

7.41.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.41.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



17 de 22

7.42. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.43. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a. 1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. 2. as peculiaridades do caso concreto;
- c. 3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. 4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. 5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.44. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

7.45. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.46. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

7.47. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Contratação Direta, na modalidade Dispensa de Licitação, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

8.1.1 A Contratação se amolda ao Inciso II, Art. 75 da Lei 14.133, por não passar de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** Não Permitido;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade cooperativa:** Não permitido.

8.10. **Agricultor familiar:** Não Permitido.

8.11. **Produtor Rural:** Não Permitido.

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), expedido pela ANATEL os termos da Resolução nº 614, ANATEL.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 50.262,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 18.624,00** (dezoito mil seissentos e vinte e quatro reais), conforme custo unitário aposto na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Conectividade de comunicação de dados, de natureza continuada, de velocidade mínima de 1000 (mil) Mbps, modo Fibra Óptica comercial incluindo serviço de instalação, ativação e manutenção por um período de 60 (doze) meses.	26506	mês	60	310,40	18.624,00

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. 1. Gestão/Unidade: 160130;
- II. 2. Fonte de Recursos: 1050000142;
- III. 3. Programa de Trabalho: 171502;
- IV. 4. Elemento de Despesa: 339040;
- V. 5. Plano Interno: IXAPFUNHOTO;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Vigência do Contrato

11.1 O contrato vigorará por 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por um período igual e sucessivo, limitado a 120 (cento e vinte) meses, desde que haja preços e condições vantajosas para a Administração, conforme o Art. 106 e 107, da Lei 14.133/21.

11.2 A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

12. Do Reajuste de Preços

12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2 Após o interregno de um ano, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) Subitem ACESSO À INTERNET, do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

- i. 1. $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:
- ii. 2. R = Valor do reajuste procurado;
- iii. 3. V = Valor contratual a ser reajustado;
- iv. 4. I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- v. 5. I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

12.2.1 Não sendo possível utilizar o Subitem Acesso a Internet pode ser utilizado o próprio IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo.

12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

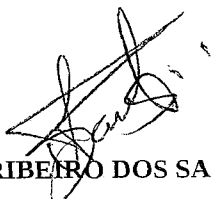
12.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


GABRIEL AZEVEDO BRAZ
Membro da comissão de contratação


LEONARDO DA COSTA PACHECO
Membro da comissão de contratação



RODRIGO RIBEIRO DOS SANTOS

Chefe da comissão de contratação



FELIPE ROSA BARROSO MAGNO

Ordenador de despesas

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo 1 - IMR.pdf (229.5 KB)
- Anexo II - Anexo 2 - Termo de Sigilo.pdf (403.3 KB)
- Anexo III - Anexo 3 -Relatorio de Pesquisa de Preco.pdf (3.58 MB)

Anexo I - Anexo 1 - IMR.pdf



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO**

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

O Instrumento de Medição de Resultados - IMR é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.

O objetivo do IMR é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo.

Desse modo, o preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços de vigilância armada se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado, seguindo os critérios descritos neste anexo.

A Fiscalização técnica deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

TABELA 1: CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	
Finalidade	Garantir a qualidade na prestação dos serviços.
Meta a Cumprir	Obrigações contratuais cumpridas.
Instrumento de medição	Avaliação direta do Fiscal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará diariamente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de Avaliação Mensal.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da existência das ocorrências transcritas na tabela 3 (Descrição do Indicador de Avaliação) e aplicação dos percentuais descritos na tabela 2 (Percentual Aplicado sobre a Fatura Mensal).
Início de Vigência	Data da vigência do contrato.
Observações	Na notificação deverá constar o nº do item do indicador de avaliação infringido na tabela 3 (Descrição do Indicador de Avaliação) e a assinatura do preposto da empresa.

TABELA 2: PERCENTUAL APLICADO SOBRE A FATURA MENSAL	
GRAU	VALOR A SER PAGO DA FATURA
1	De 0 a 2 ocorrências em qualquer item ou na somatória de um ou mais itens = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura.
2	de 3 a 4 ocorrências em qualquer item ou na somatória de um ou mais itens = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura.
3	de 5 a 6 ocorrências em qualquer item ou na somatória de um ou mais itens = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura.
4	de 7 a 8 ocorrências em qualquer item ou na somatória de um ou mais itens = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura.
5	9 ocorrências em qualquer item ou na somatória de um ou mais itens = 80% da meta = recebimento de 80% da fatura.
6	10 ou mais ocorrências em qualquer item ou na somatória de um ou mais itens = 75% da meta = recebimento de 75% da fatura.

TABELA 3: DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS
1	Atraso na ativação dos serviços, para cada 2 dias consecutivos de atraso.	
2	Central de Atendimento (telefone/internet) incomunicável, para registro de ocorrências e contato	
3	Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções) seja do recebimento e/ou realização de chamadas, sem comunicação prévia e acordada com a ANTT	
4	Atraso no restabelecimento dos serviços, para 2 hora de atraso	
5	*Disponibilidade inferior a 95% (para cada 5% inferior ao limite)	
6	*Velocidade média inferior a 80% ao contratado (Para cada 10% inferior)	

1 - A medição da disponibilidade e da taxa de transmissão será efetuada através de consulta aos sites especializados simet.nic.br, speedtest.net ou ferramenta acordada com o fornecedor sobre o qual será apurada a média mensal.

Anexo II - Anexo 2 - Termo de Sigilo.pdf



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO**

ANEXO II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu _____, BRASILEIRO, CPF nº: _____, representante da empresa _____, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada ou sob restrição de acesso cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me a:

1. não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. orientar a equipe e os(as) envolvidos(as) quanto às boas práticas em sigilo e confidencialidade;
3. não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
4. não me apropriar, copiar ou efetuar duplicação de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível;
5. não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Uberlândia – MG, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante

**Anexo III - Anexo 3 -Relatorio de Pesquisa de Preco.
pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO PLANALTO
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO**

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME.

1. AGENTE RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO:

3º Sgt – GABRIEL AZEVEDO BRAZ

2. OBJETO: Contratação de serviço de internet banda larga

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO
1	Serviço de provisão de acesso à internet em banda larga (instalação e manutenção incluso), modo Fibra Óptica comercial, com velocidade de 1 GB não dedicado, com disponibilidade de 24h para atender as necessidades dos Hotéis de Trânsito desta Organização Militar.

3. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: a cotação de preços deu-se no dia 11 de dezembro de 2023 a 20 de janeiro de 2024.

4. METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio de

(X) Média () Mediana () Menor Preço () Outra:

5. FONTES DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da IN 65/2021 – SEGES/ME:

() I - Painel de Preços (<http://paineldepocos.planejamento.gov.br>);

() II - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

() III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Não utilizado pelas seguintes razões de justificativa: não foram encontradas contratações suficientes para fazer um cálculo de preço de mercado.

() IV - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

Não utilizado pelas seguintes razões de justificativa: não foram encontradas contratações suficientes para fazer um cálculo de preço de mercado.

(X) V - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

() VI - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Não utilizado pelas seguintes razões de justificativa: não houve necessidade utilizar o parâmetro como fonte de consulta.

6. ANÁLISE DA PESQUISA

Após a realização das pesquisas de preços, passou-se à análise das mesmas.

ITEM	Descrição:			Serviço de Internet Banda Larga, modo Fibra Óptica comercial, velocidade de 1GB não dedicado.		
01	UND	ORD	FONTE DE PESQUISA	EMPRESA	QTD DE MESES	VALOR MENSAL
	Und	01	Pesquisa direta	Algar Telecom	12	R\$ 415,90
		02	Pesquisa direta	Claro	12	R\$ 204,90
		03	Pesquisa direta	Vivo	12	-
Metodologia aplicada: média				Menor valor		R\$204,90
					Média	R\$310,40

Não foi encontrado 3 (três) empresas com capacidade de fornecer 1GB comercial na região. Foi levantado o orçamento com 2 (duas) empresas utilizando a média entre elas e foi adicionado ao processo a justificativa de uma terceira empresa esmiuçando o não atendimento aos requisitos desta dispensa de licitação.

7. ANALISE DA PESQUISA

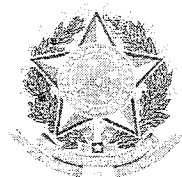
Após análise detalhada dos preços obtidos, concluiu-se que: Dadas as compatibilidades de características dos planos acima cotados através de pesquisa direta com fornecedores, conclui-se que a cotação da pesquisa de preço está dentro das normas exigidas, aplicando-se a metodologia de média dos preços encontrados.

8. ANEXOS: A documentação comprobatória contendo 16 folhas que compõem a pesquisa de preço, segue anexa a este relatório.

Uberlândia, MG, 30 de janeiro de 2024.



GABRIEL AZEVEDO **BRAZ** – 3º SGT
Responsável pela Pesquisa



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO
BATALHÃO CORONEL CLÁUDIO LEIG

OFÍCIO nº 339-Sec Info/36º BI Mec
EB: 64101.012866/2023-11

Uberlândia, MG, 19 de dezembro de 2023

Senhor
Brenner Alves de Olivera
Gerente Corporativo
Rua José Alves Garcia nº 415
38.400-668 Uberlândia-Minas Gerais

Assunto: **Contratação de Serviço de Internet**

Senhor Brenner Alves de Oliveira,

1. Acerca assunto, informo que o serviço de prestação de internet para os hotéis de trânsito HTO e HTSS via dispensa de licitação, encerra no dia 31, de dezembro de 2023.

2. Ante o exposto acima, solicito-vos o seguinte:

a. manifestar por escrito, o interesse em participar da nova dispensa de licitação, para que sejam tomadas as medidas administrativas necessárias e que a empresa envie os orçamentos conforme tabela abaixo e as condições iniciais de habilitação, para fins da contratação do serviço;

Link	Valores
300MB	R\$
600MB	R\$
1GB	R\$

b. que seja informado, por escrito, o nome e os dados do preposto dessa Empresa para o referido contrato, nos termos do artigo 68 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual será o responsável para os esclarecimentos que se fizerem necessários durante a execução do contrato junto a esta Organização Militar. Informo que o Fiscal de contrato desta Organização Militar, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, é o 3º Sargento GABRIEL AZEVEDO BRAZ, o qual poderá ser acionado por meio dos Tel (34) 3299-4031 / (34) 3299-4000 e pelo e-mail secinfo@36imec.eb.mil.br.

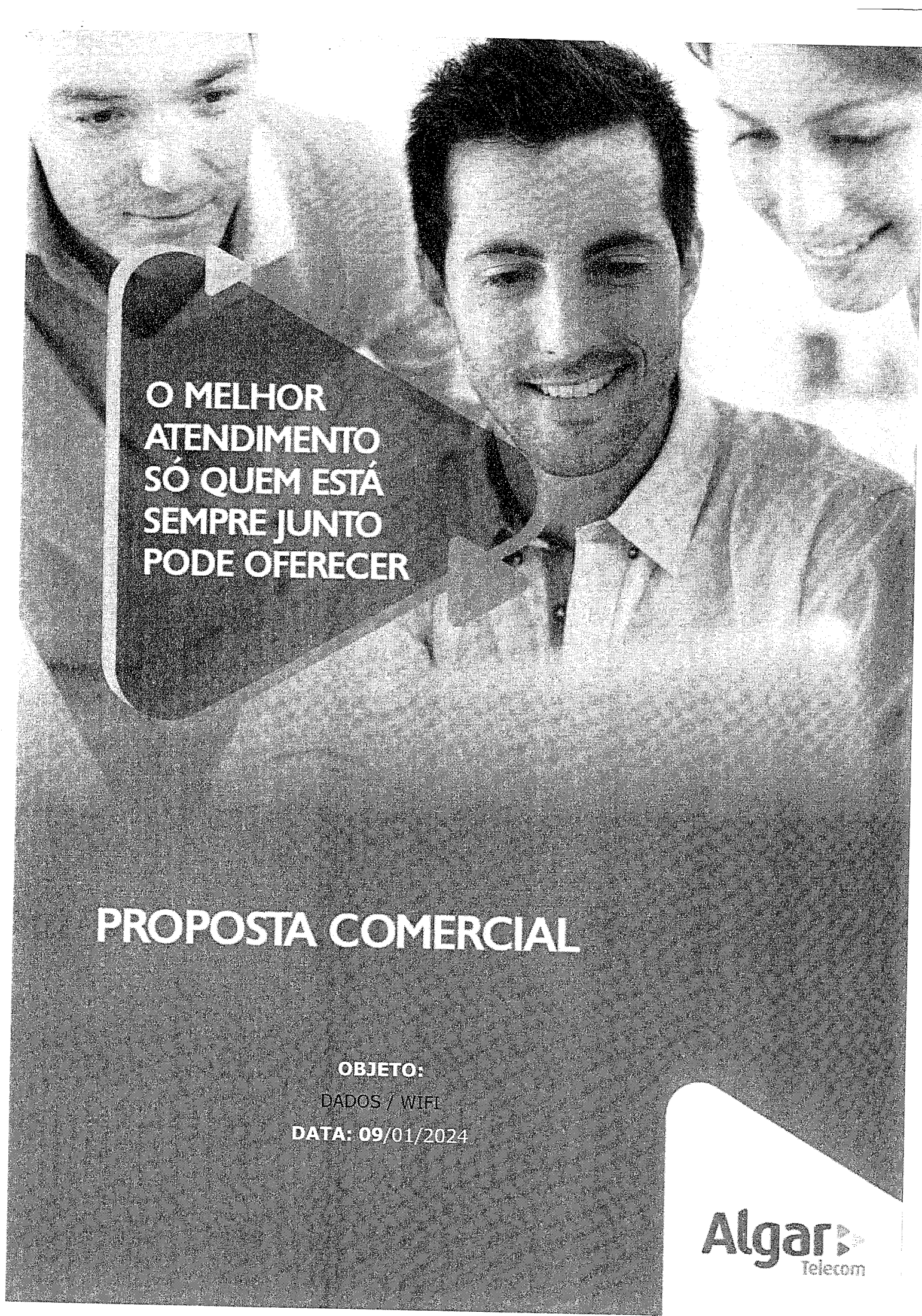
3. Caso haja anuência dessa Empresa, para a contratação do serviço de internet, esta Organização Militar remeterá em momento oportuno o respectivo Contrato.

FELIPE ROSA BARROSO MAGNO - Tenente Coronel
Comandante do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado



Documento assinado eletronicamente, por meio de assinatura simples, pelo(a) **TC FELIPE ROSA BARROSO MAGNO**, em 20/12/2023, às 13:17 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

/yQE-RiIH-6FXN-BcpE

A black and white photograph of three people, two men and one woman, looking at a tablet. The man in the center is smiling and pointing at the screen. The woman on the left is also smiling and looking at the screen. The man on the right is looking down at the screen.

O MELHOR
ATENDIMENTO
SÓ QUEM ESTÁ
SEMPRE JUNTO
PODE OFERECER

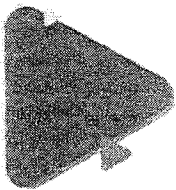
PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO:

DADOS / WIFI

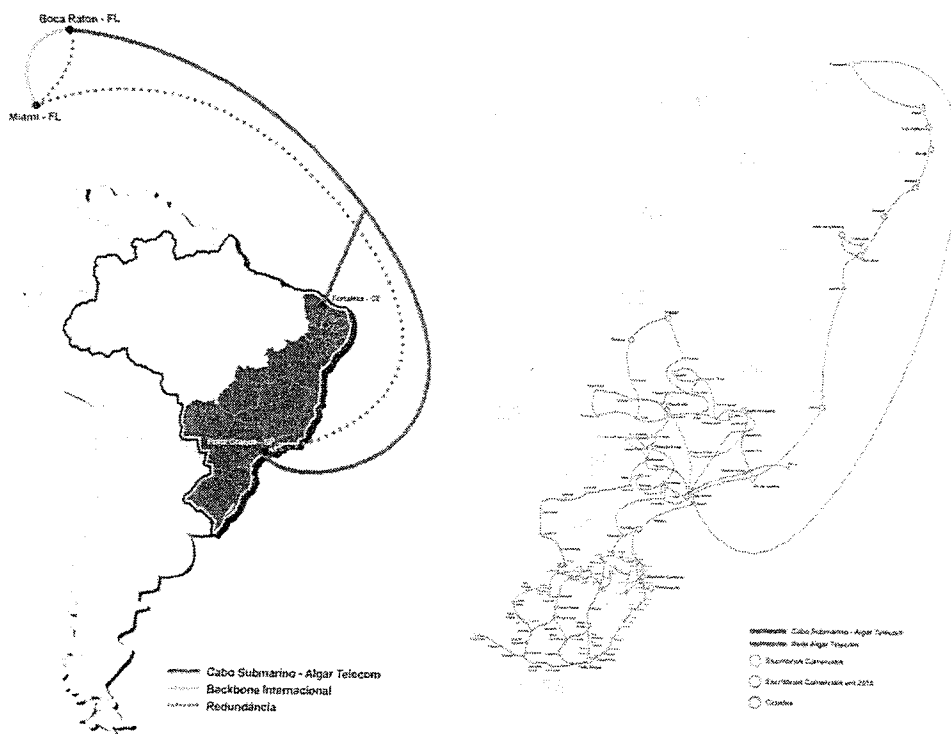
DATA: 09/01/2024

Algar 
Telecom



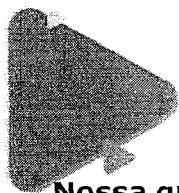
Onde estamos:

- Mais de 48 mil quilômetros de rede óptica.
- Tecnologia de ponta e plataformas sofisticadas de gerenciamento.
- A Algar Telecom é Full Service Provider nas áreas de Telecomunicações e TI.
- Pioneiros no uso do Next Generation Network, que permite o tráfego de informações de voz, dados e imagem em uma única rede.



ALGAR TELECOM S/A
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG





Nossa qualidade é reconhecida



Great Place To Work Brasil 2017
Melhor Recrutamento - Melhor Ambiente de Trabalho



Epoca 360° 2017
Melhor administração de rede de Telecomunicações



Prêmio Valor Inovação Brasil 2017
Uma das 150 empresas mais inovadoras



Anuário Tele-Sintese 2017 - Prêmio Inovação em Comunicações
Epoca 360° - As Empresas de Comunicações



Guia EXAME de Sustentabilidade 2017
Empresa Mais Sustentável do Setor de Telecomunicações



Prêmio Época Recrutamento 2017
Atividade Recrutamento 2017



21º Prêmio Anelise - Fipecah - Serviço Especial
Telecomunicações



Anuário Telecom 2017
Prêmio do Ano



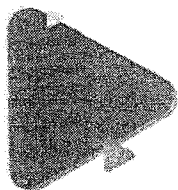
Anuário Telecom 2017
Prêmio do Ano



Prêmio Best Innovator 2017
Uma das 100 empresas mais inovadoras do Brasil

ALGAR TELECOM S/A
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG

Algar Telecom

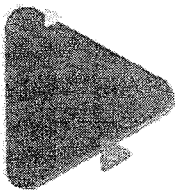


Sumário

- 1. Especificação do objeto**
- 2. Proposta comercial e tabela de preço**
- 3. Declaração de custos e despesas**
- 4. Condições comerciais**
- 5. Dados completos da empresa e representantes**

ALGAR TELECOM S/A
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia

Algar 
Telecom



A,
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO

A empresa **ALGAR TELECOM S/A**, inscrita no CNPJ sob o número **71.208.516/0001-74**, com sede na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, Uberlândia/MG, representada pelo Sr. Brenner Alves de Oliveira, portador do RG MG 16.628.137 e inscrito no CPF nº 07553902616, apresenta a seguinte proposta conforme abaixo:

1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica concessionária de serviços de telecomunicações, autorizada pela ANATEL, para prestação de serviços de DADOS/WIFI voz conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no termo de referência.

2 – PROPOSTA COMERCIAL E TABELA DE PREÇOS

LOTE 01						
ITEM	UNID	QUAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	Serviço	01	Contratação de serviços de 1 (uma) internet banda larga via fibra ótica de 300mb com disponibilidade de 24 horas.	R\$ 249,90	R\$ 249,90	R\$ 2.998,80
2	Serviço	01	Contratação de serviços de 1 (uma) internet banda larga via fibra ótica de 600mb com disponibilidade de 24 horas.	R\$ 349,90	R\$ 349,90	R\$ 4.198,80
3	Serviço	01	Contratação de serviços de 1 (uma) internet banda larga via fibra ótica de 1GB com disponibilidade de 24 horas.	R\$ 415,90	R\$ 415,90	R\$ 4.990,80

3 DECLARAÇÕES

- Declaramos, para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;

- Declaramos, que até a presente data inexistem fatos impeditivos a nossa participação neste presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Declaramos também, que atendemos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial, nos comprometemos a fornecer a integralidade do objeto licitado independentemente de mora ou pendências de outros contratos firmados com o Município, tudo sob as penas da Lei e das penalidades contratuais.

4 - CONDIÇÕES COMERCIAIS

4.1 - Validade da proposta: O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

4.2 - Condições de Pagamento: O pagamento será realizado mensalmente após a prestação dos serviços do objeto licitado, mediante emissão e apresentação de Nota Fiscal no Setor de Compras, conforme Secretaria solicitante.

5 – DADOS COMPLETOS DA EMPRESA E REPRESENTANTES

5.1 - Dados completos da empresa:

Razão Social: ALGAR TELECOM S/A

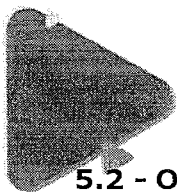
CNPJ: 71.208.516/0001-74

Inscrição Estadual: 702.980.945.00-10

Inscrição Municipal: 111.608.00

Endereço: Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Uberlândia/MG

ALGAR TELECOM S/A CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG



5.2 - Os pagamentos deverão ser creditados à Conta-Corrente:

Banco: Banco do Brasil S/A

Conta corrente: 207.001-4

Nº do Banco: 001

Praça de Pagamento: São Paulo/SP

Agência: 1893-7

5.3 - Consultor designado para atendimento ao Cliente (PREPOSTO):

Nome: Brenner Alves de Oliveira – Gerente de Contas Corporativo Governo

Telefone: (34) 9 9680-1011

E-mail: brennerao@algartelecom.com.br

5.4 - SAC Atendimento Governo/empresas: 0800 941 2822 (24 x 7).

5.5 – Dados dos representantes legais da empresa para assinatura do contrato:

1- Nome: JeanKarlo Rodrigues da Cunha
Estado Civil: Casado CPF/MF: 047.399.926-
98 Cart. Ident nº 9.043.997 Cargo/Função:
Gerente Governo Nacionalidade: Brasileira
Endereço: Rua José Alves Garcia, 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668 Cidade:
Uberlândia UF: MG E-mail:
jeank@algartelecom.com.br

2- Nome: Marcos Roberto Lopes de Oliveira
Estado Civil: Casado CPF/MF: 097.674.026-
59 Cart. Ident nº 16.291.850 SSP MG
Cargo/Função: Consultor de Vendas
Nacionalidade: Brasileiro Endereço: Rua
José Alves Garcia, 415, Bairro Brasil,
CEP:38.400-668, Cidade: Uberlândia UF:
MG E-mail: marcosrlo@algartelecom.com.br

5.6 – Enviar o contrato para assinatura por parte desta empresa, para o seguinte destinatário:

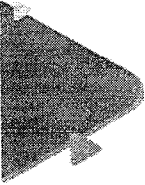
ALGAR TELECOM S/A

A/C: Gestão de Contratos Governo – Coordenação de Vendas Governo

Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro: Brasil

CEP: 38.400-668, Uberlândia/MG

ALGAR TELECOM S/A
CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG



Contatos:

Nome: Bárbara Costa Araújo

Telefone: (34) 3256-2820

E-mail: contratosgoverno@algartelecom.com.br

Uberlândia, 09 de Janeiro de 2024.

DocuSigned by:

E047F934E0EC48C...

BRENNER ALVES DE OLIVEIRA

CPF: 075.539.026-16

RG: MG 16.628.137

ALGAR TELECOM S/A CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Rua José Alves Garcia, nº 415
Bairro Brasil, CEP: 38.400-668
Uberlândia/MG

Algar
Telecom



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO
BATALHÃO CORONEL CLÁUDIO LEIG

OFÍCIO Nº 1 – Sec Info / 36º BI Mec
EB: 64101.000248/2024-09

Uberlândia, MG, 9 de janeiro de 2024.

À Empresa
Vivo
Gerente de Vendas
Av Afonso Pena, 719 – Centro
38400-130 Uberlândia-Minas Gerais

Assunto: Solicitação de Orçamento

Senhor Gerente de Vendas,

1. Solicito ao senhor que forneça um orçamento do item abaixo discriminado, a fim de compor o respectivo processo de compra do mesmo.

2. Relação dos itens a serem orçados:

Item	Descrição	Qtd meses
01	Serviço de provisão de acesso à internet em banda larga, modo Fibra Óptica comercial, com velocidade de 1GB não dedicado, para atender as necessidades dos Hotéis de Trânsito desta Organização Militar.	12

3. Destarte, ante o exposto, para maiores esclarecimentos acerca do assunto em tela, coloco à disposição o 3º Sgt Braz, Aux Sec de Informática, por intermédio do telefone celular (34) 3299 4031.

Atenciosamente,



FELIPE ROSA BARROSO MAGNO - Tenente Coronel
Comandante do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado

80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE
OPERAÇÕES EUROPEU

Orçamento Fibra Vivo

De : Jocieli Da Silva Santos
<jocieli.santos@telefonica.com>

qui., 11 de jan. de 2024 15:04
📎 3 anexos

Assunto : Orçamento Fibra Vivo

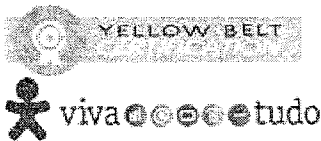
Para : gabrielxbraz@gmail.com,
secinfo@36bimec.eb.mil.br

Cc : Adrian Christina Vieira
<adrian.vieira@telefonica.com>

Prezados,
Verificamos que o endereço Av. Aspirante Mega 731 - Jaraguá, Uberlândia/MG infelizmente não possui cobertura para instalação da internet Fibra nesse momento, ressaltamos que a Vivo está com projeto de expansão, porém no momento não conseguimos atender.
Se precisarem colocar em outro endereço segue valores para a presente data.
Desde já agradecemos o interesse e estamos à disposição para eventuais dúvidas.

200 MEGA Instalação e Wi-Fi Grátis	400 MEGA Instalação e Wi-Fi Grátis	500 MEGA Instalação e Wi-Fi Grátis	600 MEGA Instalação e Wi-Fi Grátis
R\$ 99,99/mês	R\$ 109,99/mês	R\$ 119,99/mês	R\$ 149,99/mês

Jocieli Santos
Gerente Operacional | Uberlândia Mg
LLPP | Telefônica Brasil
Avenida: Afonso Pena, 719
38400-130 | Uberlândia- MG
Cel + 55 34 99915-4373
jocieli.santos@telefonica.com
www.telefonica.com.br | www.vivo.com.br



Este mensaje y sus adjuntos se dirigen exclusivamente a su destinatario, puede contener información privilegiada o confidencial y es para uso exclusivo de la persona o entidad de destino. Si no es usted, el destinatario indicado, queda notificado de que la lectura, utilización, divulgación y/o copia sin autorización puede estar prohibida en virtud de la legislación vigente. Si ha recibido este mensaje por error, le rogamos que nos lo comunique inmediatamente por esta misma vía y proceda a su destrucción.

The information contained in this transmission is confidential and privileged information intended only for the use of the individual or entity named above. If the reader of this message is not the intended recipient, you are hereby notified that any dissemination, distribution or copying of this communication is strictly prohibited. If you have received this transmission in error, do not read it. Please immediately reply to the sender that you have received this communication in error and then delete it.

Esta mensagem e seus anexos se dirigem exclusivamente ao seu destinatário, pode conter informação privilegiada ou confidencial e é para uso exclusivo da pessoa ou entidade de destino. Se não é vossa senhoria o destinatário indicado, fica notificado de que a leitura, utilização, divulgação e/ou cópia sem autorização pode estar proibida em virtude da legislação vigente. Se recebeu esta mensagem por erro, rogamos-lhe que nos o comunique imediatamente por esta mesma via e proceda a sua destruição



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO
BATALHÃO CORONEL CLÁUDIO LEIG

OFÍCIO Nº 2 – Sec Info / 36º BI Mec
EB: 64101.000285/2024-17

Uberlândia, MG, 9 de janeiro de 2024.

À Empresa
Claro
Gerente de Vendas
Av Afonso Pena, 567 – Centro
38400-128 Uberlândia-Minas Gerais

Assunto: Solicitação de Orçamento

Senhor Gerente de Vendas,

1. Solicito ao senhor que forneça um orçamento do item abaixo discriminado, a fim de compor o respectivo processo de compra do mesmo.

2. Relação dos itens a serem orçados:

Item	Descrição	Qtd meses
01	Serviço de provisão de acesso à internet em banda larga, modo Fibra Óptica comercial, com velocidade de 1GB não dedicado, para atender as necessidades dos Hotéis de Trânsito desta Organização Militar.	12

3. Destarte, ante o exposto, para maiores esclarecimentos acerca do assunto em tela, coloco à disposição o 3º Sgt Braz, Aux Seq de Informática, por intermédio do telefone celular (34) 3299 4031.

Atenciosamente,



FELIPE ROSA BARROSO MAGNO - Tenente Coronel
Comandante do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado

80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE
OPERAÇÕES EUROPEU

Orçamento

Empresa: CLARO

CNPJ: 40437544028580 Data: 11/01/2024

Endereço: Av. ARONSO PENA 567 - CENTRO

Assinatura do responsável: VIVIANE CORREA

Objeto da contratação:

Nº Item	Descrição/Especificação	Qtd meses	Custo mensal (R\$)	Custo Anual (R\$)
1	Serviço de provisão de acesso à internet em banda larga, modo Fibra Óptica comercial, com velocidade de 1 GB não dedicado para atender as necessidades dos Hotéis de Trânsito do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado	12	1 GIGIA DE INTERNET + GLOBOPLAY GRATIS WIFI MESH POR R\$204,90	VALOR ANUAL R\$2.458,80

750 MEGAS POR R\$134,50 MENSAL
R\$1.614,00 ANUAL

NO DEBITO AUTOMATICO
DESCONTO DE R\$5

Alissaw

34984399191

Alissaw - HOLANDA @ claro.com.br

Viviane Aparecida Correa
Gerente Loja Própria
CLARO - MG

